EDITAL nº 001/2026

OBJETO: Contratação de Empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para atender as necessidades Secretaria de Educação do Município de Santa Teresinha – BA.

➢ IMPORTANTE:

- Endereço eletrônico para cadastro das propostas e participação da disputa:
  www.https://bllcompras.com

- Modalidade/Tipo:
  Dispensa de Licitação/Menor Preço Global por lote

- Processo Administrativo
  Nº 101/2026 de 10 de agosto de 2026

- Início de acolhimento de propostas:
  18/08/2026 – 08h00

- Abertura de Propostas:
  24/08/2026 –9h00

- Início da Disputa de Preços:
  24/08/2026 – 09H30

- Formalização de Consultas
  e-mail: santateresinhalicita@gmail.com

  Referência de Tempo:
  Para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília (DF).

DISPENSA ELETRÔNICA Nº DE 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O MUNICÍPIO DE SANTA TERESINHA, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento (menor preço), na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, realizará dispensa eletrônica na forma abaixo.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a Contratação de Empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para atender as necessidades Secretaria de Educação do Município de Santa Teresinha – BA.

1.2. A contratação será dividida em LOTE, conforme tabela constante abaixo.

LOTE 01

Nº	**DESCRIÇÃO**	**QUANT**	**UNI MEDIDA**
1.	FEIJÃO CARIOCA – Produto de qualidade, tipo 1, novo, grão inteiro, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade. Embalagem plástica, transparente, atóxica, limpa, não violada, resistente, contendo 1kg. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	250	KG
2	FEIJAO PRETO- Tipo 1, novo, grão inteiro, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade. Embalagem plástica, transparente, atóxica, limpa, não violada, resistente, contendo 1kg. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	200	KG
3	ARROZ PARBOILIZADO – Produto de primeira qualidade, devendo apresentar-se em bom estado de conservação, isento de fermentação, mofo e de substâncias nocivas à saúde. Deve possuir aparência própria, cor característica, odor característico tanto cru como cozido e sabor característico. Embalagem: plástica, transparente, atóxica,	500	KG

	resistente,selada/lacrada, contendo 1 kg. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.		
4	VINAGRE - Vinagre de álcool branco, embalagem atóxica de 500 ml. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de 20 ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar validade prazo igual de ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	150	UNI
5	FLOCÃO DE MILHO - Ingredientes: farinha de milho flocada sem sal. Conter 0% de colesterol e 0% de gorduras trans, isenta de mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas. Acondicionada em embalagem de no mínimo 500g, atóxica, resistente e hermeticamente vedada. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	200	PC
6	CACAU EM PÓ - 100 % CACAU, SEM AÇÚCAR ADICIONADO - Produto isento de açúcar, aromatizantes e outros ingredientes. Embalagem atóxica, resistente, selada/lacrada, contendo no mínimo 150g. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	100	PCT
7	FERMENTO- Fermento químico em pó - Fermento químico usado principalmente para bolos. Pó fino e homogêneo. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matéria terrosa e parasitas. Composto basicamente dos seguintes compostos: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio, carbonato de cálcio e aromatizante. Embalagem plástica, atóxica, limpa, não violada, resistente, contendo 100g. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de	70	UNI

	ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.		
8	LEITE EM PÓ INTEGRAL SEM LACTOSE – Leite em pó integral para dietas com restrição a lactose. Produto de origem animal (vaca). Rico em vitaminas A, C, D, E, zinco, ferro e cálcio. Acondicionado em embalagem hermeticamente fechada de no mínimo 300g, sem glúten. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente. O produto deverá, obrigatoriamente, possuir Selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), ou Estadual (SIE), ou Municipal (SIM), emitido pelo órgão competente (Ministério da Agricultura ou equivalente), atestando a qualidade e segurança sanitária do produto.	30	UNI
9	LEITE, EMBALAGEM TETRA PACK de 01 litro, UHT - Produto de origem animal (vaca), líquido pasteurizado, de cor branca, longa vida. Caixa contendo 12 litros. Embalagem: tetra pack com 01 litro. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente. O produto deverá, obrigatoriamente, possuir Selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), ou Estadual (SIE), ou Municipal (SIM), emitido pelo órgão competente (Ministério da Agricultura ou equivalente), atestando a qualidade e segurança sanitária do produto.	500	LITROS
10	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA GRANULADA ESCURA – Para carnes. Grânulos menores. Embalagem atóxica com peso de 400g. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	80	PCT
11	SAL - Refinado iodado, 1ªqualidade, para consumo doméstico. Acondicionado embalagem plástica atóxica, transparente de 1 kg. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da	100	KG

	Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.		
12	ALHO – Alimento in natura,bulbo inteiro, boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas.	40	KG
13	CEBOLA BRANCA - Alimento in natura, graúda, de primeira qualidade, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	300	KG
14	BATATA INGLESA - Alimento in natura, de primeira qualidade, tamanho grande, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, casca lisa e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	200	KG
15	MAÇÃ FUJI – Alimento in natura, de primeira qualidade, com casca sã, sem rupturas e pancadas na casca. Apresentando tamanho e cor uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, sem danos físicos ou mecânicos, isenta de partes pútridas.	120	KG
16	CARNE BOVINA CONGELADA TIPO PATINHO - Carne de de primeira qualidade, sem osso, em adequada conservação. A carne deve ser de boa qualidade, apresentar-se com aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor, cheiro e sabor próprio, sem manchas esverdeadas, livres de parasitas, sujidades e qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir qualquer alteração. A carne deve ser congelada, embalada à vácuo, em saco plástico de polietileno, com peso de no mínimo 1 kg. Embalagem em saco plástico transparente, contendo identificação do produto, frigorífico de origem, marca do fabricante, data de embalagem, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n. 304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Deve estar congelada e ser entregue em transporte refrigerado.	100	KG
17	PEITO DE FRANGO CONGELADO SEM OSSO - Com aspecto próprio não amolecido e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem tipo bandeja, material atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta aintegridade do produto até o momento do consumo, peso de 1 kg, conter nºdo registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), ou Estadual (SIE), ou Municipal (SIM), emitido pelo órgão competente (Ministério da Agricultura ou equivalente), atestando a qualidade e segurança sanitária do produto. No rótulo deve ter os dados de identificação do produto, informações do fabricante/origem do produto, ingredientes, peso exato do produto, data de fabricação, prazo de validade que no momento da entrega, o produto deve ter, no mínimo, 50% de sua validade total ainda válida, número do lote e cumprir as Normas e/ou Resoluções da Anvisa/MS. Deve estar congelado e ser entregue em transporte refrigerado.	900	KG
18	OVO, ORIGEM GALINHA, GRUPO BRANCO, CLASSE A - Ovo tipo extra, classe A branco, sem rachaduras, tamanho médio, com peso de aproximadamente 60g a unidade. Embalagem em lâminas de papelão forte, inodoros e secos, em caixilhos ou divisórios celulares para 30 unidades. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, e de acordo com Normas e/ou Resoluções vigentes da Anvisa/MS ou Ministério da Agricultura. O produto deverá, obrigatoriamente, possuir Selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), ou	190	BANDEJAS

	Estadual (SIE), ou Municipal (SIM), emitido pelo órgão competente (Ministério da Agricultura ou equivalente), atestando a qualidade e segurança sanitária do produto.		
19	POLPA DE FRUTA – Produto natural, obtido a partir da seleção processamento e de frutas frescas, sabores diversos (acerola, açaí, manga, goiaba, umbu). O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde, conforme exigido pela legislação brasileira. No rótulo deve ter os dados de identificação do produto, informações do fabricante/origem do produto, ingredientes, exato do peso produto, número do lote, data de fabricação, prazo de validade que momento no da entrega, o produto deve ter, no mínimo, 50% de sua validade total ainda válida. Deverá estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções da Anvisa e/ou do Ministério da Saúde, atendendo integralmente aos padrões sanitários e de qualidade exigidos pela legislação brasileira. O produto deve ser congelado, mantendo-se condições de entregue em adequadas conservação, transportado veículo e em refrigerado. Embalagens individuais de 1 kg em fardos de 10 kg.	800	KG

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por LOTE, observadas as exigências contidas neste Aviso e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica www.https://bllcompras.com

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no diário oficial do Município, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea "c" também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste LOTE.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de fornecer os materiais, necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4. FASE DE LANCES

4.1. A data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total.

4.3. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.4. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.5. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.6. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.6.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.

5.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.

5.4. Será desclassificada a proposta vencedora que:

5.4.1. contiver vícios insanáveis;

5.4.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;

5.4.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

5.4.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

5.4.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.

5.5. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

5.5.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

5.5.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

5.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

5.7. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

5.7.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.7.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.10. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.2.1 Para habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa a:
6.2.2 Habilitação Jurídica;
6.2.3 Regularidade fiscal e trabalhista;
6.3Qualificação técnica e Documentação complementar.

7 Documentos relativos à habilitação jurídica:
7.2Registro comercial, no caso de empresa individual;
7.3Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
7.4Decreto de autorização, no caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
7.5Em caso de cooperativas:
a) Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais;
b) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver;
c) Ata de Fundação;
d) Estatuto Social com a ata da assembleia que o aprovou;
e) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou;
f) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e
g) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.

8 Documentos relativos à regularidade fiscal e trabalhista:
8.2Prova de inscrição do licitante no Cadastro Nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
8.3Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
8.4Prova de regularidade perante:
8.4.1 A Fazenda Federal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da Lei e com a Procuradoria da Fazenda Nacional, através da Certidão Negativa da Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais, de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº. 1.751, de 02/10/2014;
8.4.2 As Fazendas Estadual e Municipal, ambas do domicílio ou sede do licitante.
8.5Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) por meio de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal.
8.6Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.

9 Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; e se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10 As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 180 dias contados da data da abertura da sessão pública.

11 As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06).

11.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1º, da LC nº 123/06);

11.3 A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal;

11.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, inciso IV, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção "DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA", para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

13. Documentos relativos à Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características, com o objeto da licitação, através da apresentação de 01(um) ou mais atestados, fornecido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

B) Certidão negativa de falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante, pessoa jurídica de direito privados, sob qualquer forma de constituição empresarial;

C) Licença de Funcionamento/Alvará de Saúde ou equivalente, expedida pelo órgão de Vigilância Sanitária de competência Estadual ou Municipal da licitante para exercer atividades de comercialização e venda de produtos, válida para o ano em exercício ou conforme dispuser a própria certidão ou a legislação competente; nome da empresa.

14. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

14.1 Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

14.2 Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

14.3 Apresentar às seguintes declarações:

14.3.1 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

14.3.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

14.3.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

14.3.4 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

OBSERVAÇÃO:

1- O LICITANTE DEVERÁ ANEXAR OS DOCUMENTOS EM FORMA DE ARQUIVO COMPATÍVEL COM O SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÃO. NÃO SERÁ ACEITA A INDICAÇÃO DE LINK OU QUALQUER OUTRO MEIO DIVERSO DO CARREGAMENTO DO ARQUIVO DIRETAMENTE NO SISTEMA.

2- Os documentos de habilitação exigidos neste Edital o licitante deverá encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

15. CONTRATAÇÃO

15.1 Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2 O adjudicatário será convocado para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

15.2.1 O prazo previsto para assinatura do contrato poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3 O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

15.4 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

16 SANÇÕES

16.1 Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

16.1.1 dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.1.2 dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.1.3 dar causa à inexecução total do contrato;

16.1.4 deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.1.5 não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.1.6 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.7 ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.1.8 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

16.1.9 fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.1.10 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.1.10.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

16.1.11 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

16.1.12 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

16.2 O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 3% (três por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 16.1.8 a 16.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

16.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

16.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

16.4 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

16.5 A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

16.6 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

16.7 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.8 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.9 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.10 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

16.11 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

17 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 O procedimento será divulgado no endereço eletrônico www.santateresinha.ba.gov.br, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no www. https://bllcompras.com, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

17.2 No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

17.2.1 republicar o presente aviso com uma nova data;

17.2.2 valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

17.2.2.1 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

17.2.3 fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

17.3 As providências dos subitens 17.2.1 e 17.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

17.4 Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

17.5 Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

17.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

17.7 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

17.8 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica,

mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

17.9 As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

17.10 Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

17.11 Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

17.12 Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

17.13 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 67, DE 8 DE JULHO DE 2021

17.14 Dispõe sobre a dispensa de licitação, na forma eletrônica, de que trata a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e institui o Sistema de Dispensa Eletrônica, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

17.15 Art. 11. A partir da data e horário estabelecidos, o procedimento será automaticamente aberto pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos por período nunca inferior a 6 (seis) horas ou superior a 10 (dez) horas, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

17.16 Parágrafo único. Imediatamente após o término do prazo estabelecido no caput, o procedimento será encerrado e o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de classificação.

Santa Teresinha – BA, 10 de agosto de 2026

Caroline Bastos de Souza
Agente de contratação

TERMO DE REFERÊNCIA

DO OBJETO

1.1. Contratação de Empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para atender as necessidades Secretaria de Educação do Município de Santa Teresinha – BA.

1.2. Planilha pesquisa de preços:

PLANILHA ESTIMATIVA - MERENDA ESCOLAR 2026				
DESCRIÇÃO	QUANT	UNI MEDIDA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	ESTIMATIVA DOS VALORES			

1.	FEIJÃO CARIOCA – Produto de qualidade, tipo 1, novo, grão inteiro, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade. Embalagem plástica, transparente, atóxica, limpa, não violada, resistente, contendo 1kg. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	250	KG	R$ 10,34	R$ 2.585,00
2	FEIJAO PRETO- Tipo 1, novo, grão inteiro, aspecto brilhoso, liso, isento de matéria terrosa, pedras ou corpos estranhos, fungos ou parasitas e livre de umidade. Embalagem plástica, transparente, atóxica, limpa, não violada, resistente, contendo 1kg. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	200	KG	R$ 9,22	R$ 1.844,00

3	ARROZ PARBOILIZADO – Produto de primeira qualidade, devendo apresentar-se em bom estado de conservação, isento de fermentação, mofo e de substâncias nocivas à saúde. Deve possuir aparência própria, cor característica, odor característico tanto cru como cozido e sabor característico. Embalagem: plástica, transparente, atóxica, resistente,selada/lacrada, contendo 1 kg. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	500	KG	R$ 5,16	R$ 2.580,00
4	VINAGRE - Vinagre de álcool branco, embalagem atóxica de 500 ml. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de 20 ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar validade prazo igual de ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	150	UNI	R$ 2,12	R$ 318,00
5	FLOCÃO DE MILHO - Ingredientes: farinha de milho flocada sem sal. Conter 0% de colesterol e 0% de gorduras trans, isenta de mofo, livre de parasitas e substâncias nocivas.	200	PC	R$ 3,38	R$ 676,00

	Acondicionada em embalagem de no mínimo 500g, atóxica, resistente e hermeticamente vedada. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.				
6	CACAU EM PÓ - 100 % CACAU, SEM AÇÚCAR ADICIONADO - Produto isento de açúcar, aromatizantes e outros ingredientes. Embalagem atóxica, resistente, selada/lacrada, contendo no mínimo 150g. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	100	PCT	R$ 17,70	R$ 1.770,00

7	FERMENTO- Fermento químico em pó - Fermento químico usado principalmente para bolos. Pó fino e homogêneo. Fabricado a partir de matérias primas sãs e limpas, isenta de matéria terrosa e parasitas. Composto basicamente dos seguintes compostos: amido de milho ou fécula de mandioca, fosfato monocálcico, bicarbonato de sódio, carbonato de cálcio e aromatizante. Embalagem plástica, atóxica, limpa, não violada, resistente, contendo 100g. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	70	UNI	R$ 5,22	R$ 365,40
8	LEITE EM PÓ INTEGRAL SEM LACTOSE – Leite em pó integral para dietas com restrição a lactose. Produto de origem animal (vaca). Rico em vitaminas A, C, D, E, zinco, ferro e cálcio. Acondicionado em embalagem hermeticamente fechada de no mínimo 300g, sem glúten. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade	30	UNI	R$ 17,51	R$ 525,30

	exigidos pela legislação brasileira vigente. O produto deverá, obrigatoriamente, possuir Selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), ou Estadual (SIE), ou Municipal (SIM), emitido pelo órgão competente (Ministério da Agricultura ou equivalente), atestando a qualidade e segurança sanitária do produto.				
9	LEITE, EMBALAGEM TETRA PACK de 01 litro, UHT - Produto de origem animal (vaca), líquido pasteurizado, de cor branca, longa vida. Caixa contendo 12 litros. Embalagem: tetra pack com 01 litro. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente. O produto deverá, obrigatoriamente, possuir Selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), ou Estadual (SIE), ou Municipal (SIM), emitido pelo órgão competente (Ministério da Agricultura ou equivalente), atestando a qualidade e segurança sanitária do produto.	500	LITROS	R$ 6,48	R$ 3.240,00
10	PROTEÍNA TEXTURIZADA DE SOJA GRANULADA ESCURA – Para carnes. Grânulos menores. Embalagem atóxica com peso de 400g. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.	80	PCT	R$ 5,84	R$ 467,20
11	SAL - Refinado iodado, 1ªqualidade, para consumo doméstico. Acondicionado embalagem plástica	100	KG	R$ 1,48	R$ 148,00

	atóxica, transparente de 1 kg. É obrigatório que a embalagem do produto apresente, de forma clara e legível, as seguintes informações essenciais: identificação do produto, dados do fabricante e/ou origem, lista de ingredientes, peso líquido exato, data de fabricação, número do lote e prazo de validade. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Além disso, o produto deve estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções estabelecidas pela Anvisa e pelo Ministério da Saúde, bem como atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação brasileira vigente.				
12	ALHO – Alimento in natura,bulbo inteiro, boa qualidade, firme e intacto, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas.	40	KG	R$ 42,27	R$ 1.690,80
13	CEBOLA BRANCA - Alimento in natura, graúda, de primeira qualidade, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	300	KG	R$ 8,05	R$ 2.415,00
14	BATATA INGLESA - Alimento in natura, de primeira qualidade, tamanho grande, uniforme, sem ferimentos ou defeitos, casca lisa e com brilho, sem corpos estranhos ou terra aderida à superfície externa, apresentando grau de maturação tal que lhe permita suportar a manipulação, o transporte e a conservação em condições adequadas para o consumo.	200	KG	R$ 7,52	R$ 1.504,00
15	MAÇÃ FUJI – Alimento in natura, de primeira qualidade, com casca sã, sem rupturas e pancadas na casca. Apresentando tamanho e cor uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvidas e maduras. Devem ser frescas, sem danos físicos ou mecânicos, isenta de partes pútridas.	120	KG	R$ 13,45	R$ 1.614,00

16	CARNE BOVINA CONGELADA TIPO PATINHO - Carne de de primeira qualidade, sem osso, em adequada conservação. A carne deve ser de boa qualidade, apresentar-se com aspecto próprio, não amolecida e nem pegajosa, cor, cheiro e sabor próprio, sem manchas esverdeadas, livres de parasitas, sujidades e qualquer substância contaminante que possa alterá-la ou encobrir qualquer alteração. A carne deve ser congelada, embalada à vácuo, em saco plástico de polietileno, com peso de no mínimo 1 kg. Embalagem em saco plástico transparente, contendo identificação do produto, frigorífico de origem, marca do fabricante, data de embalagem, prazo de validade, marcas e carimbos oficiais, de acordo com as Portarias do Ministério da Agricultura, DIPOA n. 304 de 22/04/96 e n.145 de 22/04/98, da Resolução da ANVISA n.105 de 19/05/99. No momento da entrega, o item deve apresentar prazo de validade igual ou superior a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento. Deve estar congelada e ser entregue em transporte refrigerado.	100	KG	R$ 43,05	R$ 4.305,00
17	PEITO DE FRANGO CONGELADO SEM OSSO - Com aspecto próprio não amolecido e nem pegajoso, cor própria sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprio, com ausência de sujidades, parasitas e larvas. Embalagem tipo bandeja, material atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta aintegridade do produto até o momento do consumo, peso de 1 kg, conter nºdo registro no Serviço de Inspeção Federal (SIF), ou Estadual (SIE), ou Municipal (SIM), emitido pelo órgão competente (Ministério da Agricultura ou equivalente), atestando a qualidade e segurança sanitária do produto. No rótulo deve ter os dados de identificação do produto, informações do fabricante/origem do produto, ingredientes, peso exato do produto, data de fabricação, prazo de validade que no momento da entrega, o produto deve ter, no mínimo, 50% de sua validade total ainda válida, número do lote e cumprir as Normas e/ou Resoluções da Anvisa/MS. Deve estar	900	KG	R$ 23,34	R$ 21.006,00

	congelado e ser entregue em transporte refrigerado.				
18	OVO, ORIGEM GALINHA, GRUPO BRANCO, CLASSE A - Ovo tipo extra, classe A branco, sem rachaduras, tamanho médio, com peso de aproximadamente 60g a unidade. Embalagem em lâminas de papelão forte, inodoros e secos, em caixilhos ou divisórios celulares para 30 unidades. Com dados de identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade, e de acordo com Normas e/ou Resoluções vigentes da Anvisa/MS ou Ministério da Agricultura. O produto deverá, obrigatoriamente, possuir Selo do Serviço de Inspeção Federal (SIF), ou Estadual (SIE), ou Municipal (SIM), emitido pelo órgão competente (Ministério da Agricultura ou equivalente), atestando a qualidade e segurança sanitária do produto.	190	BANDEJAS	R$ 21,88	R$ 4.157,20
19	POLPA DE FRUTA – Produto natural, obtido a partir da seleção processamento e de frutas frescas, sabores diversos (acerola, açaí, manga, goiaba, umbu). O produto deverá ter registro no Ministério da Agricultura e/ou Ministério da Saúde, conforme exigido pela legislação brasileira. No rótulo deve ter os dados de identificação do produto, informações do fabricante/origem do produto, ingredientes, exato do peso produto, número do lote, data de fabricação, prazo de validade que momento no da entrega, o produto deve ter, no mínimo, 50% de sua validade total ainda válida. Deverá estar em conformidade com as Normas e/ou Resoluções da Anvisa e/ou do Ministério da Saúde, atendendo integralmente aos padrões sanitários e de qualidade exigidos pela legislação brasileira. O produto deve ser congelado, mantendo-se condições de entregue em adequadas conservação, transportado veículo e em refrigerado. Embalagens individuais de 1 kg em fardos de 10 kg.	800	KG	R$ 17,66	R$ 14.128,00
					R$ 65.338,90

2.DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação justifica-se pela necessidade de garantir o fornecimento contínuo de gêneros alimentícios destinados à execução da alimentação escolar oferecida aos estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino de Santa Teresinha – BA.

A contratação também visa assegurar a continuidade do abastecimento das unidades escolares durante todo o período letivo, evitando descontinuidade na oferta da alimentação escolar.

2.1. A contratação visa atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, garantindo o abastecimento regular das unidades escolares e a adequada execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

2.2. Considerando o disposto no art. 14 da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar mostra-se facultativa para a presente contratação, enquadrada nas hipóteses previstas no art. 75 da Lei nº 14.133/2021.

2.3.

3.CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNS

3.1. O material objeto deste planejamento de aquisição constitui-se serviços comuns aos termos inciso XIII, do art. 6º da Lei n. 14.133/2021.

4.ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O fornecimento será realizado de forma parcelada, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Educação, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

4.2. Os produtos deverão ser entregues nos locais indicados pela Secretaria Municipal de Educação, nos dias e horários previamente estabelecidos.

4.3. Os gêneros alimentícios deverão apresentar condições adequadas de conservação, transporte e armazenamento, observando integralmente a legislação sanitária vigente.

4.4. Os produtos perecíveis deverão ser transportados em veículos apropriados, garantindo a manutenção da cadeia de frio quando exigida.

4.5. Todos os produtos deverão possuir prazo de validade mínimo correspondente a 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento, salvo quando houver especificação diversa neste Termo.

4.6. O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega para conferência quantitativa.

4.7. O recebimento definitivo ocorrerá após verificação da qualidade, especificações, marcas, validade e demais exigências constantes deste Termo.

4.8. Produtos em desacordo com as especificações serão recusados, devendo ser substituídos pela contratada sem qualquer ônus para a Administração.

5.DA EXECUÇÃO E ABRANGÊNCIA DOS SERVIÇOS

5.1. O fornecimento dos gêneros alimentícios será realizado de forma parcelada, conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Educação, mediante emissão de Ordem de Fornecimento.

5.2. As entregas deverão ser realizadas no Depósito Central da Alimentação Escolar do Município de Santa Teresinha – BA ou em outro local previamente indicado pela Secretaria Municipal de Educação, em dias e horários estabelecidos pela Contratante.

5.3. A Contratada deverá fornecer os gêneros alimentícios rigorosamente de acordo com as especificações técnicas, marcas aprovadas (quando houver), quantidades, condições de conservação e demais exigências previstas neste Termo de Referência.

5.4. Os produtos deverão ser entregues observando as seguintes condições:

a) atender integralmente às especificações constantes neste Termo de Referência;

b) apresentar embalagens íntegras, limpas, lacradas e sem avarias;

c) possuir identificação do fabricante, número do lote, data de fabricação e prazo de validade, conforme exigências da legislação vigente;

d) quando se tratar de produtos perecíveis, refrigerados ou congelados, serem transportados em veículos adequados, garantindo a manutenção das condições de temperatura exigidas pela legislação sanitária;

e) possuir, no ato da entrega, prazo de validade correspondente a, no mínimo, 50% do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento, salvo disposição específica prevista para determinado item;

f) ser entregues acompanhados da respectiva Nota Fiscal e demais documentos exigidos pela legislação aplicável;

g) os produtos que apresentarem desconformidade com as especificações, qualidade inadequada, sinais de deterioração, violação de embalagem ou qualquer irregularidade poderão ser recusados pela fiscalização, devendo ser substituídos pela Contratada, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo estabelecido pela Contratante.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS PRODUTOS

6.1. Os gêneros alimentícios deverão ser fornecidos em conformidade com as especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada pela Contratada.

6.2. Todos os produtos deverão atender aos padrões de qualidade exigidos pela legislação vigente, especialmente às normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, do Ministério da Agricultura e Pecuária – MAPA e demais órgãos competentes, quando aplicável.

6.3. Os produtos deverão ser entregues em embalagens íntegras, devidamente lacradas, identificadas, livres de avarias, contaminações, sujidades ou quaisquer alterações que comprometam sua qualidade.

6.4. As embalagens deverão conter, de forma legível, no mínimo:

- identificação do produto;
- nome do fabricante ou produtor;
- número do lote;
- data de fabricação;
- prazo de validade;
- peso líquido;
- registro no órgão competente, quando exigido pela legislação.

6.5. Os produtos perecíveis, refrigerados e congelados deverão ser transportados em veículos adequados, garantindo a manutenção da temperatura e das condições higiênico-sanitárias exigidas pela legislação vigente.

6.6. No ato da entrega, os produtos deverão apresentar prazo de validade mínimo correspondente a 50% (cinquenta por cento) do período compreendido entre a data de fabricação e a data de vencimento, salvo quando houver especificação diversa para determinado item.

6.7. Os produtos entregues que não atenderem às especificações deste Termo de Referência ou apresentarem defeitos, avarias, alterações de qualidade ou condições inadequadas para consumo serão recusados pela fiscalização, devendo ser substituídos pela Contratada, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Contratante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

6.8. A Contratada será responsável por todas as despesas decorrentes do fornecimento dos produtos, incluindo transporte, carga, descarga, tributos, seguros e demais custos necessários ao fiel cumprimento do objeto contratado.

6.OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. São obrigações da Contratante:

7.1.1 Prestar à Contratada todas as informações solicitadas e necessárias para a execução dos serviços.

7.1.2 Designar servidores para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

7.1.3 Notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção.

7.1.4 Atestar a execução da prestação dos serviços e receber as faturas correspondentes, quando apresentadas na forma estabelecida no Contrato.

7.1.5 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidos no contrato.

7.1.6 Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes neste termo e anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo.

7.1.7 Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

7.1.8 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão especialmente designada.

7.1.9 Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento da prestação de serviço, no prazo e forma estabelecidos no contrato.

7.2 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. São obrigações da Contratada:

6.1.1 Efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, no prazo indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota;

6.1.2. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

6.1.3. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 8 (oito) dias antes do prazo final da execução caso existam motivos que impossibilitem o cumprimento do pactuado, dentro do inicialmente previsto, com a devida comprovação;

6.1.4. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.1.6 Fica por conta da contratada o transporte dos materiais, alimentos e funcionários para a prestação dos serviços;

6.1.12. Relatar à Contratante qualquer irregularidade observada em virtude da prestação dos serviços e prestar os esclarecimentos que forem solicitados, atendendo prontamente, às reclamações e solicitações.

6.1.13 Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da prestação de serviços, objeto da presente contratação, inclusive, salários dos seus empregados, taxas, impostos, custos administrativos, encargos sociais e outros necessários, como também, qualquer prejuízo pessoal ou material causado ao patrimônio da Contratante, ou a terceiros, por quaisquer de seus funcionários na execução dos serviços contratados.

6.1.14 Disponibilizar notas fiscais eletrônicas com descrição detalhada de todos os serviços prestados para a Contratante.

6.1.15 Responsabilizar-se pelo fiel cumprimento dos serviços objeto do presente Termo, utilizando empregados treinados, devidamente habilitados e qualificados, assim como cumprir as normas estabelecidas pela Norma Regulamentadora nº06 do Ministério do Trabalho e Emprego.

6.1.16 Acatar as orientações do Fiscal do Contrato ou de seu substituto legal, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo prontamente às

reclamações formuladas.

6.1.17 Orientar seus empregados quanto ao sigilo profissional que deverá ser mantido em relação às informações que venham a ter acesso.

6.6 Manter durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

6.7 Executar o serviço conforme a demanda da Contratante, mediante Ordem de Ser- viço.

6.8 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução ou de materiais empregados.

6.9 Comunicar a contratante sobre a impossibilidade de execução dos serviços em tempo hábil, ou possíveis atrasos.

6.10 Manter durante a vigência do contrato os recursos operacionais, estabelecimento e maquinário em pleno funcionamento, visando o atendimento satisfatório das demandas.

6.11 Assegurar que os serviços executados pela Contratada garantam a segurança e integridade dos convidados.

6.12 Exercer a fiscalização no interesse da contratante, o que não exclui e nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros;

6.13 A fiscalização que trata esta Cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades ou vícios redibitórios e, na ocorrência destes, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos;

6.14 Cumprir os prazos estabelecidos nas ordens de fornecimento para a prestação de serviços.

6.15 Refazer os serviços que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, independentemente das penalidades aplicáveis ou cabíveis, sem onerar a administração.

6.16 Permitir e facilitar a inspeção da prestação de serviços pela fiscalização da administração, sem se eximir de sua responsabilidade.

6.17 Participar à administração qualquer fato ou condição que possa atrasar ou impedir a conclusão a prestação de serviços, no todo ou em parte, indicando as medidas para corrigir a situação.

6.18 Respeitar e fazer respeitar, sob as penas da lei, as posturas e legislação municipais relativa à execução de serviços em locais públicos.

6.19 Manter-se durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, considerando todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no termo de referência;

6.20 É de responsabilidade da CONTRATADA arcar com todas as despesas de transporte, alimentação

e hospedagem, ou outras despesas decorrentes da prestação de serviços, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer pagamento nesse sentido.

6.21 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.22 A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos estabelecidos no item não transfere à administração pública a responsabilidade por seu pagamento.

7. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

7.1. Nos termos do Art. 117, e seus parágrafos, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

7.2. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

7.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

8. DO PAGAMENTO

8.1. As regras para pagamento serão as estipuladas a partir do Art. 141 ao 146 da lei nº 14.133/2021, desde que observados os seguintes requisitos:

8.1.1. Apresentação de nota fiscal de acordo com a legislação vigente à época da emissão (nota fiscal eletrônica, se for o caso), acompanhada da prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da Contratada; da prova de regularidade relava à Seguridade Social; do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS; e da Certidão Negava de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitida pela justiça do trabalho.

8.1.2. Inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido a Contratada;

8.1.3. A nota fiscal apresentada em desacordo com o estabelecido no Termo de Referência, na Nota de Empenho ou com qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento será devolvida à Contratada e nesse caso o prazo para o pagamento será interrompido e reiniciado a partir da respectiva regularização;

8.2. O pagamento será realizado conforme pactuado no contrato.

8.3. Ocorrendo o adimplemento da obrigação contratual, a CONTRATADA emitirá Nota Fiscal que, após a devida atestação, será objeto de pagamento a ser processado no prazo de até 30 (trinta) dias, para cada exercício, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente indicada pela CONTRATADA.

8.4. Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará pendente e o pagamento será sustado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus por parte do CONTRATANTE.

8.5. Se a CONTRATADA for optante pelo Simples Nacional, essa condição deverá ser informada na Nota Fiscal/Fatura, sob pena de ter retidos na fonte os tributos incidentes sobre a operação, relacionados no art. 13 da Lei Complementar n° 123/2006.

8.6. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA, caso os serviços fornecidos sejam rejeitados pela fiscalização do contrato; circunstância em que deverão ser substituídos pela CONTRATADA de modo a obter a aprovação da fiscalização.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

9.1. A despesa para o exercício atual ocorrerá conforme dotação orçamentária:

ÓRGÃO:0901
PROJETO/ATIVIDADE: 2046
ELEMENTO DE DESPESA:339030
FONTE DE RECURSO: **1552-1550**

9.2 O Contrato deverá ter vigência iniciando-se na data de sua assinatura e com duração de 04 (quatro) meses, podendo ser prorrogado por igual período, na forma da Lei 14.133/2021.

10. PENALIDADES

10.1. O descumprimento de qualquer exigência deste Termo de Referência implicará na aplicação das sanções descritas nos Art. 155 da Lei 14.133/2021.

10.2. A Contratada que não cumprir integralmente as obrigações contratuais assumidas, garantida a prévia defesa, estará sujeitas sanções previstas no Art. 156 da Lei 14.133/2021.

11. CONTRATAÇÃO DE ME/EPP

11.1. Fica assegurado, nos termos da Lei Complementar 123/2006, que regulamenta a regulamenta o tratamento preferencial e simplificado nas contratações públicas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais.

12. PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

12.1. No caso do presente processo não se vislumbra ganho em termos de competividade do certame caso seja permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, pois existem inúmeros fornecedores que possuem capacidade para fornecer individualmente todo o objeto descrito neste Termo de Referência.

12.2. Não há escassez de empresas que forneçam os serviços objeto do certame, tampouco é gravado de complexidade que torne problemática a competição, sendo desnecessário o consórcio entre empresas, fato que poderia ainda prejudicar a conquista da conjugação do menor preço e do melhor produto/serviço, assim como dificultar a fiscalização, cobrança e execução contratual. Portanto, não será

permitida a participação de consórcios.

13. DESEMBOLSO

13.1. O desembolso será realizado após o recebimento definitivo pelo Departamento de Compras com verificação da eficiência do serviço.

14. VALOR ESTIMADO

14.1 O custo estimado foi apurado a partir de mapa de preços constante do processo administrativo, elaborado com base em orçamentos recebidos de empresas especializadas no ramo de atividade e mediante consulta ao Subsistema de Banco de Preço. Totalizando **R$ 65.338,90.**

14.2 O Setor Responsável pela cotação, foi a Secretaria Municipal de Administração, que o fez através da Sra. Paloma Oliveira, portadora CPF 045.247.075-73

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

15.1.1. O objeto da presente contratação não gera obrigações posteriores para a contratada, bem como a possibilidade de ocorrência de prejuízos financeiros inerentes à execução do contrato sendo pouco significava.

16. FUNDAMENTAÇÃO

16.1. O presente caso é de Dispensa de Licitação, conforme art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21, onde fica discricionário a Prefeitura Municipal de Santa Teresinha para busca do melhor preço na contratação, o procedimento para dispensa de licitação será divulgado em site ou sistema eletrônico oficial do Município, o qual encaminhará e-mail automaticamente aos fornecedores para apresentação de propostas e consulta eletrônica, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis.

17. DISPOSIÇOES GERAIS:

a) A inexecução parcial ou total do CONTRATO enseja a sua rescisão, conforme disposto na Lei 14.133/2021.
b) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
c) O presente ajuste vincula-se ao Processo Administrativo pertinente em todos os seus termos e à proposta do contratante, sendo os casos omissos resolvidos de acordo com a legislação aplicável à espécie.
d) É permitida a subcontratação parcial do objeto.
e) O prazo para pagamento será de até 30 (trinta) dias contados da data de protocolização e aceitação pelo Contratante da Nota Fiscal / Fatura correspondente, devidamente atestada pelo Gestor do Contrato.
f) O pagamento da Nota Fiscal/Fatura fica condicionado ao cumprimento dos critérios de recebimento;
g) Para o pagamento a contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação durante a execução do objeto.

18. APROVAÇÃO

18.1. O presente Termo de Referência foi consolidado a partir de informações apuradas pelo Departamento de Compras, em harmonia com a legislação de referência, quando se verificou a viabilidade da contratação.

Santa Teresinha – BA, 28 de Julho de 2026.

Valter de Matos

Ass. Do Responsável

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 001/2026
ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante) para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaro, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

1. a proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente por mim e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
2. a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar desta licitação não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
3. que não tentei, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação quanto a participar ou não dela;
4. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação antes da adjudicação do objeto;
5. que o conteúdo da proposta apresentada para participar desta licitação não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante do órgão licitante antes da abertura oficial das propostas; e
6. que estou plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detenho plenos poderes e informações para firmá-la.

local, data

Razão Social
CNPJ
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 001/2026

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO (LEI COMPLEMENTAR nº 123/06)
(Exclusiva para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante) para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/06 e para fins de participação no certame licitatório acima identificado, declaramos:

( ) que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição de microempresa e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.

Ou

( ) que estamos enquadrados, na data designada para o início da sessão pública da licitação, na condição de empresa de pequeno porte e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei complementar nº 123/06.

local, data

Razão Social
CNPJ
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 001/2026

ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO PARA PRÁTICA DE ATOS CONCERNENTES AO CERTAME

Através do presente instrumento, nomeamos e constituímos o(a) Senhor(a) ....., (nacionalidade, estado civil, profissão), portador do Registro de Identidade nº ....., expedido pela ....., devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda, sob o nº ....., residente à ....., nº ..... como nosso mandatário, a quem outorgamos amplos poderes para praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório indicado acima, conferindo-lhe poderes para:

(apresentar proposta de preços, e desistir deles, contra-arrazoar, assinar contratos, negociar preços e demais condições, confessar, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame etc).

Local, _____de_____de 20__.

_____

Razão Social
CNPJ
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 001/2026

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO E ATENDIMENTO ÀS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), em cumprimento do art. 67 da Lei Federal nº 14.133/2021 inciso VI, declaramos:

( ) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação.
ou
(exclusivamente para microempresas e empresas de pequeno porte beneficiárias da Lei Complementar nº 123/06]

( ) o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação, ressalvada, na forma do §1º do art. 43 da Lei complementar nº 123/06, a existência de restrição fiscal.

Local, _____de_____de 2026.

_____
Razão Social
CNPJ
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa)

DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 001/2026

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE MENOR

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado (Licitante), declaramos, sob as penas da lei, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição,

( ) nem menor de 16 anos.
( ) nem menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

Local, _____de_____de 2026.

Razão Social
CNPJ
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).

ANEXO VII

A
Prefeitura Municipal de Santa Teresinha
Ref.: DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 001/2026
Objeto: Contratação de Empresa para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à alimentação escolar dos alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, para atender as necessidades Secretaria de Educação do Município de Santa Teresinha – BA
Abertura:
Horário:

Apresentamos a Vossa Senhoria a nossa proposta de preços, detalhada na planilha anexa, para o fornecimento do objeto de que trata o DISPENSA ELETRÔNICA Nº. 001/2026, conforme especificação constante do Termo de Referência deste Edital.

Os prazos para cumprimento dos objeto são os que se seguem:

a) prazo de validade da proposta: ..... (.....) dias;

b) prazo para fornecimento: ..... (.....) dias.

Observação: atentar para os prazos previstos no edital.

Para tanto, nos propomos a fornecer os materiais licitados pelos preços unitários constantes da planilha de quantitativos e preços unitários anexa e pelo preço global de R$ _____ (_____).

Os dados da nossa empresa são:

a) Razão Social: _____;
b) CNPJ n.º: _____;
c) Endereço Completo: _____;
d) Fone: _____;
e) Fax (se houver): _____;
f) E-mail: _____;
g) Conta Bancária/Agência/Banco: _____.

Local e data

_____
Assinatura e carimbo(do representante legal)

Observação: emitir em papel que identifique a licitante.

ANEXO VIII - MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA DE PREÇOS

PROPOSTA DE PREÇOS

LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSC. ESTADUAL:	CNPJ:	
VALIDADE DA PROPOSTA:	REPRESENTANTE LEGAL:	
DADOS BANCÁRIOS:		
OBJETO:		

PLANILHA DE QUANTATIVOS E PROPOSTA DE PREÇOS

Item	Discriminação	Unidade	Quantidade	Valor Unitário[1]	Valor Total[2]	Marca
	O Licitante deve preencher a Proposta conforme discriminação, unidade e quantidade para o item e que ofertar preço, de acordo com o Termo de Referência – Anexo I] O erro na discriminação ensejará a desclassificação.					
VALOR DO LOTE (POR EXTENSO):						

Valor Total da Proposta:

Declaramos, que no preço ofertado estão inclusas todas as despesas necessárias para o fornecimento do objeto, sendo de nossa exclusiva responsabilidade as despesas como transporte, alimentação, proventos, encargos sociais, impostos, taxas, tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, seguros e demais despesas inerentes, estando o preço ofertado correspondendo, rigorosamente, com às especificações do objeto licitado, estamos ciente de que não cabe quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços por recolhimentos determinados pela autoridade competente.

RESPONSÁVEL LEGAL DA LICITANTE

_____, _____/____/____ _____

LOCAL DATA ASSINATURA E CARIMBO COM CNPJ E CPF DO REPRESENTANTE

Observações: A proposta deverá indicar aos dados bancários em que serão creditados os pagamentos durante a execução do contrato.

MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº ...../....,

O Município de SANTA TERESINHA -BA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Apio Medrado, s nº, SANTA TERESINHA, Bahia, inscrito no CNPJ sob o nº xxxxx, neste ato representado pelo Prefeito municipal, XXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, CPF Nº. XXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº. XXXXXX, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XX, sediado(a) na ....., em .....doravante designada CONTRATADA, neste
ato representada pelo(a) Sr.(a) ....., portador(a) da Carteira de Identidade nº XX, expedida pela (o) ....., e CPF nº ....., tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº xxx/2026 o aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da dispensa Eletrônica nº 001/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UNIDADE	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1					
2					
3					
4					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

1.1. O prazo de vigência da contratação é de XXXXX (XXXXXX) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor mensal estimado da contratação é de **R$ xx(.....),** perfazendo o valor total anual estimado de **R$ xx( ).**

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

UNIDADE GESTORA: 0901
ATIVIDADE: 2046
ELEMENTO: 3.3.9.0.30.00.00
FONTE: 15520000/15500000

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

CLÁUSULA QUINTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII).

5.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato**.**

CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação.

6.1.2. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

6.2. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

6.2.1. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

6.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO

7.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITÁVA – REAJUSTE

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

8.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8.9. A solicitação de reajuste deve ser, obrigatoriamente, de iniciativa da contratada, conforme Decreto Municipal nº 111 de 01 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade.

9.2. Os bens devem estar acompanhados, ainda, quando for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13, 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

9.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato em observância ao previstos no Termo de Referência, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.5. Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9.8. Lançar na Nota Fiscal as especificações dos bens entregues de modo idêntico aqueles constantes da Nota de Empenho.

9.9. Executar as entregas dos produtos conforme especificações e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais de consumo, equipamentos de medição e testes, simuladores, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade necessárias para execução deste Termo de Referência e em sua proposta.

9.10. Fornecer o material conforme especificações.

9.11. Arcar com todas as despesas decorrentes de transporte e entrega do objeto fornecido, sem ônus adicional ao Município de SANTA TERESINHA.

9.12. Arcar com todas as despesas de coleta, transporte e devolução dos itens fornecidos nos casos de necessidade de manutenção e/ou calibração dentro do prazo de garantia.

9.13. Fornecer somente peça nova e de primeiro uso originais do fabricante, conforme o código constante na especificação.

9.14. Manter durante toda execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital, em conformidade com a Lei 14.133/2021.

9.15. Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução contratual, inclusive as obrigações relativas a salários, previdência social, impostos, encargos sociais e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidentes do trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado para execução contratual.

9.16. Responsabilizar-se integralmente pela observância do dispositivo no título II, capítulo V, da CLT, e na Portaria n.º 3.460/77, do Ministério do Trabalho, relativos a segurança e higiene do trabalho, bem como a Legislação correlata em vigor a ser exigida.

9.17. Não transferir a outrem, por qualquer forma nem parcialmente as obrigações.

9.18. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.21 O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou

sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.22. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.23. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.24. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.25. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.26. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.27. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.28. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.29. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

9.30. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.31. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

10.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

10.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo

Contratado;

10.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

10.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

10.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Municipal para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

10.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.9.1. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.13. Solicitar a execução do objeto à contratada através da emissão de Ordem de Fornecimento.

10.14. Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual, consoante estabelece a Lei Federal 14.133/2021 e demais legislações pertinentes.

10.15. Fiscalizar a execução do objeto contratual através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato.

10.16. Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.17. Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Termo.

10.18. Aplicar as penalidades previstas em lei e neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. moratória de 3% (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

11.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

12.3. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

OU

12.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de

terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

12.4.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4.2. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4.3. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficila do município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

16.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões do não emprego de mão de obra exclusiva e baixa complexidade do objeto

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VEDAÇÕES

17.1. É vedado à CONTRATADA:

17.1.1. Caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

17.1.2. Interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Comarca de Santa Teresinha-BA, ainda que outro seja privilegiado.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

SANTA TERESINHA -BA, ... de..... de 20xx

MUNICÍPIO DE SANTA TERESINHA

Prefeito Municipal

[RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA]

Representante legal: [nome completo]